

O oeste catarinense visto pelas cartas de seus habitantes

Clayton Hackenhaar
claytonhack@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo pretende tecer alguns breves comentários sobre a ocupação do oeste catarinense, tentando compreender, através da análise de cartas endereçadas ao interventor catarinense Nereu Ramos entre os anos de 1937 a 1945, como essa sociedade se compunha, seus embates pela posse da terra, a condição de exclusão e exploração da população cabocla, a entrada das companhias colonizadoras nesse território, assim como indústrias madeireiras e grandes proprietários, desvendando estratégias de sobrevivência e resistência contra a ausência e negligência do poder público.

Palavras-chave: Oeste catarinense; Posse da terra; Caboclos; Proprietários; Resistência

Abstract: This article aims to make a few brief comments on the occupation of western Santa Catarina, observed, through the analysis of letters addressed to the federal representative of that state, Nereu Ramos, during the period of 1937-1945. The goal is to understand how its society was formed; the struggles over land tenure, the secluding and exploiting of the native *cabocla* population, the entry of settlement companies such as loggers' and large landowners into the territory. Thus are revealed strategies of survival and resistance against the absence and neglect of the public power.

Keywords: Western Santa Catarina; Land tenure; Caboclos; Landowners; Resistance

BREVE HISTÓRICO SOBRE A OCUPAÇÃO DO OESTE

Desde a abertura do “Caminho das Tropas”¹ no século XVIII, estrada que ligava os Campos de Vacaria à feira de Sorocaba em São Paulo, o planalto e o oeste catarinense começaram a receber uma fixação maior de habitantes. Instalaram-se ao longo dessa estrada fazendas de invernada e criação de animais, que tiveram importância fundamental para o repouso e engorda do gado fatigado pelas longas jornadas.² Até esse momento a região possuía

¹ PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 2001. P. 57.

² MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2004. P. 61.



uma grande presença indígena, sendo que a ocupação da região pelo elemento branco foi feita à custa de uma verdadeira chacina indígena que somente teve fim no começo do século XX.³

Com o surgimento das primeiras fazendas destinadas à criação de gado para o abastecimento das tropas que por ali passavam, a região começou a ter um aumento populacional. Esse aumento populacional não conseguia ser absorvido pela dinâmica de produção dessas fazendas. Com uma grande quantidade de terras devolutas e disponíveis no século XIX em Santa Catarina, muitos desses excedentes populacionais foram ocupando áreas desabitadas entre essas fazendas, desenvolvendo uma subsistência baseada na colheita de recursos naturais, nas suas plantações e criação de animais. Por volta de 1870 era possível observar no planalto e oeste catarinenses uma “importante camada social de pequenos e médios lavradores independentes, normalmente posseiros, que vendiam os excedentes de suas lavouras e criações para os tropeiros, e que colhiam folhas de erva-mate de ervais nativos e devolutos.”⁴

Essa forma de ocupação que concentrava grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, com um povoamento escasso e com uma estrutura social de pouca mobilidade, fazia com que o contato entre a população que vivia no interior de Santa Catarina e o Estado fosse realizado pelo grande proprietário, ou pela figura que exercia influência econômica ou política na região. O Estado distante da população, a deixava a mercê do grande proprietário, que ao mesmo tempo em que oferecia segurança e proteção para alguns, expulsava e perseguia inúmeros outros que não aceitavam sua tutela. Segundo Paulo Pinheiro Machado, a fragilidade do poder estadual frente ao poder local em Santa Catarina foi um problema que persistiu até o Estado Novo.⁵

Essas populações que saíam das grandes fazendas dirigiam-se para as regiões de pinheiros e matas, visto que entre as fazendas e as primeiras vilas foram deixadas áreas florestais despovoadas. Essas terras disponíveis serviam como válvula de escape para aliviar as tensões das regiões ocupadas. A apropriação do solo por esses habitantes era feita através da posse, o que muitas vezes representou um grande problema, pois a maioria desses posseiros não possuía nenhum documento de propriedade da terra, mesmo com muitos deles ocupando tais terras há mais de vinte anos. A necessidade de uma quantia em dinheiro para a legalização da posse era muitas vezes difícil de ser obtida, seja pela dificuldade de aquisição desse montante, ou mesmo pela distância em que o poder público se encontrava desse posseiro, o que dificultava ainda mais esse registro. E, assim, as expropriações se tornavam realidade.

³ SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. P. 55-115.

⁴ MACHADO, 2005, p. 69.

⁵ *Ibidem*, p. 104.



A carta escrita por Aires Luciano dos Santos⁶ pode ser um bom exemplo de como a expropriação do posseiro acontecia. Aires Luciano escreveu a Nereu Ramos em 1941, solicitando a sua proteção para um processo de despejo e invasão que estava sofrendo em sua propriedade. Segundo Aires Luciano, ele possuía uma propriedade na margem esquerda do Rio Tubarão que havia pertencido anteriormente a seu avô, contudo, apesar de uma provável ocupação da família de mais de três gerações, nenhum deles teria realizado um inventário de suas posses:

Venho por meio desta expor-lhe o meu caso; ei-lo; Meus avós Manoel Luciano dos Santos eram senhores e possuidores de um terreno medindo (...) braças de frente, com mil e quinhentas ditas de fundo, fazendo frente ao Rio Tubarão a margem esquerda onde o mesmo terreno é sitiado e acontecendo que falecendo meus avós, meus pães nunca puderam dar inventário do mesmo terreno, por ser pobres e falecendo eles também nós também nunca pudemos dar inventário por sermos demasiadamente pobres (sic)...⁷

Na continuação da carta, o missivista relata que já procurou todas as autoridades locais, sendo que não conseguiu obter nenhuma resolução para o seu problema, o que o levou a escrever a Nereu Ramos como a última instância a qual poderia recorrer.

Na missiva de Aires Luciano dos Santos podemos perceber dois traços que marcaram o oeste catarinense, assim como, as outras regiões do estado e por que não do país. Primeiramente podemos destacar a expulsão de posseiros que, apesar de há muito tempo ocuparem e cultivarem suas terras, não possuíam documentos que comprovassem a propriedade da terra. A falta de documentos que comprovassem a posse da propriedade facilitou a entrada de companhias colonizadoras e grandes proprietários que reivindicavam a posse dessas terras, amparados muitas vezes por administradores públicos que se colocavam contra os posseiros. Um segundo traço que pode ser destacado, diz respeito ao paternalismo e o personalismo que se fazem presentes na carta de Aires Luciano quando o mesmo recorre ao interventor catarinense num tom de tutela, requerendo a ‘proteção’ do mesmo, e não o cumprimento de um direito. É claro que também não podemos deixar de lembrar que para o autor da carta essa alternativa de escrever para o governador do estado poderia ser a última possibilidade vislumbrada no seu campo de ação. Além disso, devemos perceber que o autor da carta visava atingir determinados fins, era movido por interesses pessoais, nos quais a verdade poderia ser modificada ou omitida

⁶ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1941 - 1º semestre, p. 119 – 119ª. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Apesar de a carta tratar de outra região do estado de Santa Catarina, optei em usá-la pela falta de uma carta semelhante relacionada ao oeste catarinense. Porém devemos lembrar que o processo de expropriação da terra no Brasil obedeceu a uma ótica semelhante em quase todas as regiões.

⁷ Idem. A grafia original das cartas será mantida, em todas as citações.



na busca de seus objetivos. A historiadora Ângela de Castro Gomes⁸ nos alerta sobre a ‘ilusão da verdade’ que uma correspondência pessoal traz consigo, pois devemos entender que todas as missivas carregam em si as subjetividades do autor, seus interesses, suas paixões e elas não estão isentas das fantasias e ideias do missivista e de seu tempo.

Essa população cabocla que habitava esses ‘espaços vazios’ do oeste e do planalto catarinenses carregava consigo uma grande carga negativa por parte das elites estaduais, que os acusava de fatalistas, preguiçosos, pobres e resignados à pobreza. Para as autoridades em geral, os habitantes dessas regiões catarinenses não estariam adaptados ao novo desenvolvimento capitalista que chegava a região, a mercantilização da terra e de seus produtos. Esses sertanejos eram vistos como bandidos, criminosos e selvagens, e por esse motivo deveriam ser expulsos de suas terras.⁹ Essa expansão capitalista por sua vez, estava associada à construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em 1905, ao avanço das indústrias madeireiras, consequência direta das concessões de faixas de terras feitas aos construtores da estrada de ferro, e à novas organizações de trabalho. Porém, como nos deixa bem claro Ivone Cecília D’Ávila Gallo,¹⁰ a população do oeste catarinense não era contrária ao progresso e ao desenvolvimento que chegava à sua vida, mas sim a fome, a miséria, o autoritarismo e a exploração que chegavam juntos com esse ‘progresso’.

Esse contexto de mercantilização e expropriação da terra aconteceu no oeste catarinense, no começo do século XX, a Guerra do Contestado (1912-1916). Essa guerra, considerada por muitos historiadores como messiânica, tinha como matriz um forte catolicismo popular, porém, ela pode nos mostrar muitas coisas além de uma simples qualificação de fanatismo religioso ou messianismo. Podemos perceber, também, na Guerra do Contestado, uma luta de classes. De um lado, encontravam-se os grandes proprietários e as companhias colonizadoras com medo de perder suas propriedades, e que se sentiam ameaçados pela presença de monges entre os caboclos, pois esses monges estariam retirando os caboclos da esfera de influência dos grandes proprietários. Do outro lado, estava toda uma população de pequenos lavradores em conflito com grandes criadores e proprietários desde o começo do século XX, e que começavam a ser explorados pelo ‘progresso’ que chegava a eles. Nos

⁸ GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 11, nº 21, 1998.

⁹ RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro*: representações sobre a civilização do sertão. Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação de mestrado. P. 117.

¹⁰ GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. Profetismo popular na Guerra do Contestado. In: MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPI, Márcia Janete. *A guerra santa revisitada*: novos estudos sobre o movimento do contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. P. 119-139.



depoimentos de muitos sertanejos que participaram do conflito do Contestado, a expropriação da terra foi indicada como o principal motivo para os ajuntamentos.¹¹

A Guerra do Contestado foi duramente combatida pelo Estado e pelos grandes proprietários rurais, sendo que foram realizadas expedições militares para a eliminação dos revoltosos. Esse conflito promoveu uma limpeza da área, eliminando e dispersando as populações locais.¹² De certa maneira, podemos dizer que os monges exerceram o papel que o Estado deveria realizar com essa população, dando-lhes uma sensação de amparo e proteção contra as injustiças e violências dos grandes proprietários da região. Os monges apresentavam aos sertanejos uma alternativa que ia contrariamente a essa nova organização do trabalho e apropriação dos recursos da terra que chegava ao oeste catarinense.

Por volta de 1920, atendendo a necessidades e interesses dos grandes proprietários, das companhias colonizadoras e do Estado catarinense, colonos das velhas colônias do Rio Grande do Sul foram incentivados a ocupar o oeste de Santa Catarina. A desculpa de que o

[...] Estado não possuía condições para dirigir a colonização foi utilizada para justificar a forma como as terras foram passadas ao controle das empresas. Nesse processo, misturaram-se os interesses privados aos públicos e, na prática, foram esses empresários que, a seu modo, efetivaram o projeto de preenchimento dos ‘vazios demográficos’, ou da ‘conquista do sertão’.¹³

A imagem do caos da região e do caudilhismo deveria ser superada para que o progresso chegasse ao oeste catarinense. Nessa nova perspectiva de progresso, os caboclos que já se encontravam nessa região não se adequavam ao novo padrão de colonizador pensado pelas elites catarinenses. Afirmava-se que “os grupos que habitavam a região não sabiam explorar as riquezas ali existentes e, para que o progresso e a civilização dominassem ‘aquele sertão’, havia necessidade de um habitante que o valorizasse.”¹⁴ O descendente de europeus, ‘trabalhador’ e ‘construtor do progresso e da civilização’, seria o modelo de habitante que se adaptava perfeitamente a ideia de ‘país agrícola’ defendida para o Brasil.¹⁵ Os caboclos eram considerados indesejáveis e acusados de uma falta de interesse pelo acúmulo de bens, vivendo em um tempo regido pela natureza, que não se adequava aos ‘tempos modernos’. Eles ainda estariam causando prejuízos ao Estado, pois como não possuíam registros de suas terras, não estavam pagando impostos. Além disso, eram acusados de uma baixa produção, que muitas

¹¹ MACHADO, 2005, p. 142.

¹² RADIN, 2006, p. 16.

¹³ Ibidem, p. 10.

¹⁴ Ibidem, p. 43.

¹⁵ RENK, 1997, p.49.



vezes satisfazia apenas suas necessidades de subsistência, não atendendo as necessidades regionais de abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos.

Para que a colonização do oeste catarinense pudesse acontecer, a terra deveria estar livre, sem nenhum posseiro, o que acarretou a expulsão de inúmeros sertanejos de suas terras, pois ninguém compraria uma terra com uma família habitando-a. A maior parte dessa população sertaneja foi confinada e empurrada para as áreas acidentadas. Outras foram para as terras do Paraná que ainda não sofriam esse processo, enquanto outra parte se voltou para o trabalho assalariado, de acordo com os novos preceitos da colonização e do desenvolvimento que chegava a região.¹⁶ O caboclo do oeste catarinense tinha a opção de se adaptar ou se excluir dessa nova sociedade composta por grandes proprietários, empresas madeireiras, companhias colonizadoras e colonos, munidos de novas ideias capitalistas sobre a exploração da terra e seus recursos.

O OESTE FAZ CONTATO

O oeste catarinense chegou às décadas de 1930 e 1940 com sua terra dividida entre grandes proprietários de terra, companhias colonizadoras, empresas madeireiras e colonos. Os caboclos estavam em grande medida dispersos por regiões rejeitadas por esses grupos. A terra abundante e pouca gente de antes, contrastava-se com muita gente e pouca terra no momento.¹⁷ Num contexto estadonovista de fechamento das Assembléias Legislativas Estaduais e Federal, houve toda uma campanha do governo federal incentivando a população em geral a escrever cartas para seus governantes. O governo federal buscava assim justificar a inexistência de representantes políticos quando o governante vai ao povo, seja através da comunicação por cartas que muitas vezes eram respondidas e atendidas,¹⁸ ou de toda uma simbologia de aproximação entre o Estado e a Nação.¹⁹ Nesse sentido, tentaremos perceber a situação da população do oeste catarinense, tanto colonos, caboclos, proprietários e colonizadores, através da análise das cartas enviadas para o interventor Nereu Ramos, mostrando alguns problemas a respeito da posse da terra, a falta de presença do poder público estadual e as estratégias de sobrevivência dessas populações mais pobres, desalojadas de suas terras e de seus meios de sobrevivência.

¹⁶ Ibidem, p.118.

¹⁷ Ibidem: p. 128.

¹⁸ Cf. FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

¹⁹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.



Uma carta escrita em Cruzeiro (atual Joaçaba), no dia 19 de setembro de 1938, por Adriano Clemente Staudt, nos mostra um fato que aparentemente simples, causava inúmeros problemas para as camadas menos abastadas da cidade. O comércio da região passava por um problema de falta de moedas, notas pequenas, o que dificultava o troco nas compras em que eram utilizadas notas de valor maior. Segundo o missivista,

[...] essencialmente os viajantes, empregados do comércio, colonos e as classes pobres são as maiores vítimas dessa praga; os últimos mencionados, naturalmente não podem gastar em cada casa uma importância redonda de 10\$, 20\$ etc. Com poucas palavras, a situação em que nós, neste sentido, nos achamos, não merece de ser suportada por um país que se considera civilizado; pois é uma situação de plena anarquia ao desgosto de todos.²⁰

Na continuação da carta, o missivista fala que os comerciantes não reclamavam da situação, pois julgavam que conseguiam maiores lucros dessa maneira, do mesmo modo que o poder público, visto que quando do pagamento de impostos, a população arrumava um jeito de trocar o dinheiro. A falta de ‘notas miúdas para o troco’ era uma maneira sutil de exploração, além de demonstrar que algumas vezes os administradores públicos eram coniventes com esses abusos praticados pelos comerciantes. Quem sabe os administradores públicos não eram atingidos pelo problema, ou simplesmente, por razões clientelistas e de favorecimento mútuo, não se envolviam nessas questões, evitando assim ter interesses pessoais prejudicados. Um detalhe da carta nos chama atenção quando Adriano Clemente Staudt evoca o pensamento de civilização e de desenvolvimento, que os governantes propagandeavam em seus discursos na década de 1930. Para o autor da carta era inadmissível para um país que se considerava civilizado, permitir que tais problemas ocorressem em seu território ou afetassem a sua população.

Outro exemplo que ilustra bem essa inadimplência, essa falta e negligência do poder público, vem de uma carta escrita no município de Iracema, por quatro pessoas que se autointitulavam a ‘comissão construtora’:

Os habitantes desta colônia, de auspicioso futuro aliás, afim de resolver, em parte ao menos, o grave e urgente problema de saúde pública, decidiram construir um hospital a ser servido pelas Irmãs de Caridade do lugar. Entretanto os colonos são pobres e não podem arcar sosinhos com todas as despesas. O material já foi todo encomendado, é difícil porém prosseguir a construção. Além disso será necessário prover o edifício de mobílias e

²⁰ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1938, p. 248. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



instrumentos médicos e farmacêuticos. Eis porque nos voltamos a V. Excia. com humilde e confiante pedido de um auxílio.²¹

Podemos perceber nesse exemplo uma total falta de presença do poder público, quando os próprios moradores da colônia se unem para construir um hospital, demonstrando que tais populações se encontravam a mercê de diversos problemas, sem que o amparo do poder público pudesse ou tivesse interesse em lhes ajudar. A missiva também demonstra que essa população não esperava passivamente a ajuda do poder público, ou um simples assistencialismo, mas se organizava e realizava melhorias nas suas condições de vida, porém, retificando os deveres do poder público com a população, ou a falta do poder público em áreas como a saúde.

Os problemas da posse da terra e a conivência de autoridades públicas com prováveis irregularidades relativas à posse da terra são descritos em várias cartas. De Campos Novos, em 21 de outubro de 1938, nos escreve Mustafá Mohamed Assad, reclamando sobre uma partilha de terras. Nessa partilha de terras, um terreno teria sido vendido para ele e para outra pessoa, fato esse que o levou a denunciar a conivência da justiça local com irregularidades praticadas por companhias colonizadoras e grandes proprietários. Ao começar a carta, Mustafá Mohamed Assad diz já residir em Campos Novos há mais de vinte anos, e por esse motivo ele não seria estranho a Nereu Ramos e nem ao Cel. Vidal Ramos, pai do interventor do estado e ex-governador do estado. Alegar vínculo com algum político era uma tática utilizada por muitos missivistas para tentar uma maior aproximação com o interventor do estado. A carta de Mustafá Mohamed Assad é composta de inúmeras queixas contra a empresa denominada Irmãos Coelho de Souza Limitada e os administradores públicos de Caçador, entre eles o juiz, que é o alvo das maiores críticas do missivista:

Em 1936, foi ajuizada na comarca de Caçador uma ação divisória do imóvel Taquara Verde, onde adjuquei uma área de 10 milhões de metros quadrados, em execução movida contra a firma hoje denominada Irmãos Coelho de Souza Limitada, primitivamente, Schewerin Coelho de Souza & Cia. Essa firma, de inteira má fé, escriturou a Godofredo Kirinus & Cia., e Duncan Clemente David, a mesma área que me foi adjudicada, e esses montaram serraria ali, os primeiros, desde 1934, e ultimo depois de ajuizada a ação. Contestada a ação, pelos Irmãos Coelho, e dr. Osmundo Wanderley da Nóbrega, em 5 dias, proferiu despacho, julgando a contestação improcedente. Encerrada a fase contenciosa, os autos ficaram conclusos ao juiz dr. Ricardo de Freitas, durante quatro meses, sem que o mesmo proferisse despacho, julgando a fase contenciosa.²²

²¹ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1939, p. 154. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²² *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1938, p. 289-290. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Na continuação da carta o autor relata que o juiz teria cobrado uma quantia para a vistoria da terra, o que de certa forma inviabilizou a análise do terreno. Mustafá Mohamed Assad também alegava que os processos se encontravam parados nos arquivos, enquanto o juiz realizava viagens para outras cidades sem deixar ninguém em seu lugar, ou se ausentava dos seus ofícios para realizar caçadas no interior do município. Segundo ele, um grande número de pessoas poderiam confirmar o seu relato sobre o problema que esse juiz estava causando a cidade.

Na carta de Mustafá Mohamed Assad podemos perceber, após uma olhada superficial, um quadro em que um habitante do oeste catarinense se encontrava injustiçado pelas arbitrariedades do juiz local. Porém, também podemos levantar a hipótese de uma luta entre dois grupos divergentes na cidade de Campos Novos, pelo controle político e econômico, visto que como testemunhas do relato do missivista, destacam-se a figura de um coronel militar e de mais dois advogados. Ao que tudo indica, Mustafá Mohamed Assad pertencia a um estrato social com certo poder aquisitivo e estava no meio de um embate político e econômico entre dois grupos de interesses opostos. De um lado estaria o juiz, algumas companhias colonizadoras e indústrias madeireiras, e de outro lado alguns proprietários de terras, delegados e advogados que se sentiam injustiçados ou prejudicados com o novo juiz.

A respeito da relação entre as companhias colonizadoras, as indústrias madeireiras e a população em geral, temos duas cartas muito interessantes. A primeira carta é escrita pelo Cel. Pedro Reginaldo Teixeira em 10 de novembro de 1941, do município de Três Barras, que se diz diretor da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*.²³ Nessa carta, Pedro Reginaldo denuncia as queimadas praticadas, segundo ele, por posseiros nas terras devolutas do estado catarinense, ‘no rico patrimônio florestal do estado’:

É, assim, o caso de informar a V. Excia., afim de que possa recomendar as providencias que julgar acertadas, em defesa do mesmo valioso patrimônio florestal, a abusiva e criminosa pratica dos que ateam fogo ás capoeiras, para fazerem roças, sem cuidar dos aceiros, d’onde resulta comunicar-se o fogo a floresta próxima, com irreparáveis danos dos proprietários, do Estado e da União. Ainda, recentemente, um de nossos representantes, que esteve na zona do Alto da Serra do Espigão, no município de Curitybanos, percorrendo as vastas áreas devolutas, que ahi conta o

²³ A *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* era uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, propriedade do empresário estadunidense Percival Farquhar, que atuou na exploração das madeiras e na colonização das terras devolutas de Santa Catarina a partir do começo do século XX. Cf. MACHADO, 2005; RADIN, 2006; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O pessoal da Lumber!* Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina 1910 - 1929. Florianópolis, UFSC, 2006. Dissertação de Mestrado.



Estado, pode constatar os frequentes incêndios, a que são submetidas, com a devastação das extensas mattas de abundantes pinheiras e outras essências.²⁴

Num primeiro olhar podemos perceber o coronel Pedro Reginaldo Teixeira preocupado com a destruição das florestas catarinenses, quando ele pede providências ao governo de Santa Catarina para que essas queimadas cessem, pois elas estariam destruindo todo o ‘patrimônio florestal do estado’. Contudo, lendo atentamente a carta e entendendo em quais ramos econômicos a mencionada companhia estatal atuava, podemos levantar outra hipótese para os motivos que levaram o diretor da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* fazer sua denúncia.

A *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, nacionalizada em 22 de julho de 1940 por Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 2.436, atuava no comércio de madeiras, laminados e na venda dos lotes rurais e urbanos encampados pela companhia.²⁵ As reservas florestais que estavam sendo destruídas em Santa Catarina pertenciam em sua grande maioria à União e a companhia possuía inúmeros interesses nesses recursos florestais e na sua exploração. Assim sendo, caso essas áreas fossem destruídas e árvores derrubadas, os negócios da companhia poderiam ser afetados. Da mesma forma, para essa companhia e outras que atuavam na colonização, não era muito interessante que posseiros circulassem por essas terras do Estado, ou que cultivassem esses territórios, pois seriam mais fáceis entradas colonizadoras em terras que se encontravam despovoadas, evitando os conflitos entre os caboclos e os colonos. Um relatório de 1917 da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* já previa dificuldades de negociação e remoção desses intrusos que ocupavam as terras devolutas de Santa Catarina.²⁶ Quem sabe a ‘consciência ambiental’ desse diretor estivesse ligada aos interesses do Estado, dos grandes proprietários e das companhias colonizadoras, de remover esses intrusos e ‘limpar’ essas ‘terras devolutas’ para a colonização.

Um exemplo que demonstra o choque entre duas culturas, duas maneiras diferentes de apropriação dos recursos naturais e manejo da terra, encontra-se em outra parte da carta do coronel Pedro Reginaldo Teixeira:

Esses incêndios são atados por mãos criminosas, como são provocados pelos roceiros negligentes e descuidados, que procedem em flagrante desrespeito as instruções

²⁴ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1941 - 1º Semestre, p. 149-149a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁵ VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado (1912-1916)*. Porto Alegre: PUC/RS, 2009. Tese de doutorado. P. 153.

²⁶ VALENTINI, 2009, p. 135.



expedidas, quanto a queima de roças, pela Agência de Terras de Lages, em boletins afixados nos principais locais daquela zona.²⁷

Esse trecho revela que apesar da chegada de novos métodos de cultivo do solo, a maioria dos caboclos mantinha sua cultura em relação ao manejo e a apropriação dos recursos da terra, o que de certa maneira demonstra uma resistência à toda essa nova organização do trabalho e exploração da terra. Os sertanejos tentavam manter sua cultura popular na contramão de uma nova cultura capitalista de maximização da produção e da exploração da terra, que tinha como objetivo principal uma incansável busca pelo lucro. Essa terra que serviu de uso “aos grupos que historicamente a habitavam, constituía-se num privilégio aos latifundiários, que de diferentes maneiras se apropriaram de grandes extensões e, transformou-se em mercadoria nas mãos das empresas colonizadoras.”²⁸

Uma segunda carta referente às relações entre empresas madeireiras e a população em geral foi escrita por Leodônio de Quadros em 18 de fevereiro de 1942. Nessa carta enviada de Chapecó, o missivista denuncia a extração ilegal de madeiras por parte de uma empresa madeireira e de um estrangeiro na região de Chapecó. Leodônio de Quadros revela irregularidades na concessão e exploração de terras por parte do Estado, pois particulares estariam exportando madeira de maneira ilegal através de balsas pelo rio Uruguai com a conivência de autoridades públicas. O missivista também denunciava a conivência do responsável pelo controle dos produtos que saíam através de balsas, que era genro de um dos responsáveis por esse contrabando:

Pela presente venho a presença de V. Excia., com o devido respeito enformar vos o seguinte, ciente há muito tempo o Egregio Tribunal do Estado arrendou diversas concessões de terras neste município, honde uma delas é a concessão Carli Cruel. Segundo estou informado e como é público e notório em (...) de Carvalho, conhecido por celebre (...) de Carvalho, o antigo aza negra deste pobre Chapecó juntou com um gringo por assim dizer de nome Benjamim (...) este apresentando se como procurador de João Cruel, há muito tempo venham arrendando grande parte das ditas terras e explorando a matta com empresas madeireiras de cedro, devastando todas as madeiras de lei...²⁹

Como podemos perceber nessa carta, é provável que muitas vezes o empenho de determinadas empresas na preservação de florestas, poderia estar relacionado aos interesses econômicos referentes à exportação de madeiras e ocupação das terras por colonos. Muitas vezes, as

²⁷ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1941 - 1º Semestre, p. 149-149a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁸ RADIN, 2006, p. 62.

²⁹ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1942 – 1º Semestre, p. 83-84. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



autoridades públicas eram coniventes com essas explorações, como no caso do funcionário responsável pela fiscalização da saída de produtos pelas balsas no rio Uruguai, que fazia ‘vista grossa’ a exportação ilegal de madeiras. Com essa conivência das autoridades públicas, o missivista se via obrigado a escrever para o interventor do estado como a única instância na qual poderia confiar, pois assim quem sabe conseguiria a atenção do governo estadual para crimes cometidos por particulares e autoridades públicas em terras do Estado.

Uma carta que relata inúmeras críticas a administração pública vem de Rio das Antas, distrito pertencente ao município de Caçador, escrita por Carlos, que denuncia a existência de um influente coronel político que comandava a cidade através de seus candidatos:

Ora, todo candidato gerado no útero político do Sr. Carlos Sperança terá, fatalmente, além do pecado original, os encargos e deveres de um filho obedientíssimo que perlustrará os mesmos erros do ex-prefeito, ficará na mesma trajetória, será um autômato, um fantoche, cujos cordões de mando serão puchados aqui e acolá... no Grande Município. E, se um dia quizer reconquistar a sua independência, agir e governar de acordo com o senso comum e a inspiração própria, libertar-se da tutela imposta, lavar-se do pecado original, creará uma situação de escândalo, perfeitamente dispensável e será ingloriamente demitido.³⁰

Essa carta revela como as oligarquias regionais se apossavam dos cargos públicos e os utilizavam para seu benefício próprio, mantendo sempre nesses cargos pessoas que estavam sob sua área de influência. Num trecho mais adiante da missiva podemos perceber que Carlos pertencia à outra oligarquia regional quando ele escreve que,

...o que precisamos é um Administrador com “A” maiúsculo. Este deverá ser honesto, organizado, metódico, moderno, de iniciativas inteligentes e bem intencionado. O Sr. Siqueira Bello reúne o máximo daquelas qualidades. Tem a sua economia organizada, vivendo dentro do seu próprio orçamento com superávit.³¹

Por fim, pode-se perceber nessa carta que as disputas entre dois grupos políticos pelo controle de Caçador, eram provavelmente baseadas em interesses próprios, e não no bem público, onde a população em geral ficava sempre renegada a um plano secundário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁰ *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1939, p. 476-476a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³¹ *Idem*.



Após a análise de nosso material podemos inferir que a população do oeste catarinense, principalmente a com menor poder aquisitivo, encontrava-se numa situação difícil. O poder público com seus administradores não oferecia muito auxílio para esses sertanejos que se viam nas mãos dos grandes proprietários, indústrias madeireiras e companhias colonizadoras, que por sua vez, ditavam regras que asseguravam seus interesses em detrimento da maior parte da população. Muitos administradores públicos eram suspeitos de conivência com essas explorações, pois usavam da máquina pública para atingir seus interesses pessoais, demonstrando mais uma vez o descaso pela população em geral, e a grande confusão entre público e privado que sempre marcou as administrações públicas do Brasil.

A expulsão dos posseiros de suas terras e a extinção de seus antigos meios de subsistência foi um choque dramático para essa população, sendo que até hoje algumas consequências ainda se fazem presentes em suas vidas. O que não devemos deixar de lembrar é que toda essa exploração, expulsão, resistência, criou uma cultura popular de luta no oeste catarinense, sendo que podemos perceber no surgimento de inúmeros movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra, Movimentos de Oposições Sindicais, Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai,³² oposições e reações contra vários tipos de injustiças, criando e recriando uma consciência de luta e resistência, unindo diferentes pessoas contra problemas comuns que ainda hoje afetam o oeste catarinense. O problema da posse da terra e a exploração da população menos abastada, com um poder público, quando não ausente, conivente com várias dessas explorações, favorecendo grandes empresas e grandes proprietários, continua assolando as cidades do interior do estado catarinense e do país, demonstrando que a luta contra todas as formas de exploração continuará por muito tempo.

FONTES:

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 119 – 119ª. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 248. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 154. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³² POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.



Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 289-290. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º Semestre, p. 149-149a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 – 1º Semestre, p. 83-84. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 476-476a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

GALLO, Ivone Cecília D’Avila. Profetismo popular na Guerra do Contestado. In: MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete (orgs.). *A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do contestado*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 11. nº 21, 1998.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2004.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 2001.

POLI, Odilon *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó/SC: Ed. Grifos, 1999.

RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2006.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó/SC: Ed. Grifos, 1997.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesc. *A roça y La campana: a questão agrária sobre o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada*. 2006. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006. Tese de doutorado.

REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: as correspondências a Getúlio Vargas – O mito e a versão (1937-1945)*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese de doutorado.



SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Ed. Edeme, 1973.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O pessoal da Lumber!* Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina 1910 - 1929. Florianópolis, UFSC, 2006. Dissertação de Mestrado

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado (1912-1916)*. Porto Alegre: PUC/RS, 2009. Tese de doutorado.

Recebido em 06 de junho de 2010.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2012.

